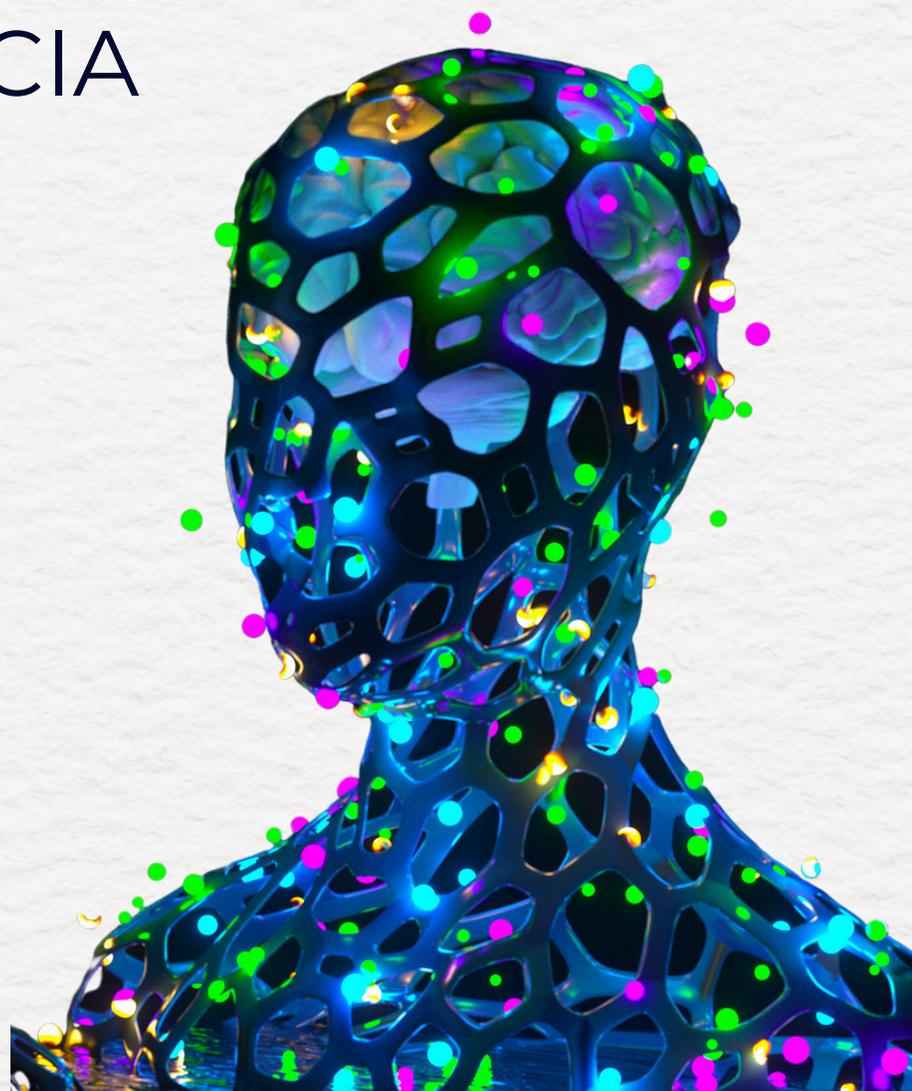


# INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

GUIA DE BOAS  
PRÁTICAS PARA  
REDUÇÃO DE  
ALUCINAÇÕES EM  
INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Centro de Apoio Operacional de Defesa de Dados Pessoais**  
**e Inteligência Artificial**

**– GUIA DE BOAS PRÁTICAS –**

**Equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa de Dados Pessoais e Inteligência Artificial**

**Membro Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa de Dados Pessoais e Inteligência Artificial**

Adalberto Ferreira de Souza Junior – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

**Membro Coordenador Adjunto do Centro de Apoio Operacional de Defesa de Dados Pessoais e Inteligência Artificial**

Fabício Miranda Mereb – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

**Membro Colaborador do Centro de Apoio Operacional de Defesa de Dados Pessoais e Inteligência Artificial**

Adalberto Biazotto Junior – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

**Servidores**

Maria Cristina Alves Ormond - Auxiliar Ministerial.

**Elaboração do Material :**

Adalberto Ferreira de Souza Junior - Promotor de Justiça e Coordenador.

Fabício Miranda Mereb - Promotor de Justiça e Coordenador Adjunto.

Adalberto Biazotto Junior - Promotor de Justiça e Colaborador

Maria Cristina Alves Ormond - Auxiliar Ministerial.

# SUMÁRIO

## 1. Apresentação

## 2. Conceituação de Alucinações em LLMs

- **Erros Comuns na Utilização Profissional de LLMs**
- Uso inadequado como ferramenta de busca jurídica
- Riscos com jurisprudências e artigos de lei inventados

## 3. Julgado Relevante: Caso Real do TJPR

- Recurso não conhecido por uso indevido de IA
- Citação: TJPR – 1ª Câmara Criminal – 0002062-61.2025.8.16.0019

## 4. Estratégias Fundamentais

- Estabelecimento de Parâmetros de Incerteza
- Utilização de Citações Diretas
- Verificação por Fundamentação

## 5. Técnicas Avançadas

- Verificação por Cadeia de Raciocínio
- Verificação por Comparação Múltipla
- Refinamento Iterativo
- Restrição a Conhecimento Externo

## 6. Pontos Importantes

- Verificação cruzada (double-check)
- Não tratar respostas como verdades absolutas
- Evitar uso como ferramenta de busca (Google, Jusbrasil, etc.)

## 7. Conclusão

- A IA como aliada produtiva, com responsabilidade humana

## 8. Considerações Finais

## APRESENTAÇÃO

Este Guia visa orientar os operadores do Direito e servidores públicos quanto às técnicas adequadas para minimizar o fenômeno de "alucinações" em sistemas de inteligência artificial baseados em modelos de linguagem avançados, garantindo assim maior confiabilidade nas informações produzidas por estas ferramentas no âmbito jurídico.

# CONCEITUAÇÃO

## O que são Alucinações?

Entende-se por "alucinação" o fenômeno pelo qual modelos de linguagem avançados geram informações imprecisas, inconsistentes ou factualmente incorretas, comprometendo a confiabilidade dos resultados apresentados e potencialmente prejudicando a adequada prestação jurisdicional.

## Características Fundamentais:

- **Geração original:** LLMs não apenas reproduzem textos, mas criam novos conteúdos com base em padrões linguísticos aprendidos.
- **Mosaico semântico:** A resposta é formada por fragmentos linguísticos combinados de maneira nova e inesperada.
- **Plausibilidade:** As respostas parecem verdadeiras, mesmo que não sejam.

Um dos principais erros na utilização profissional das LLMs (Ex: ChatGPT) é manuseá-lo com intuito de realizar uma pesquisa jurídica. Nessa modalidade o maior risco é a busca por jurisprudências, decisões judiciais e artigos de lei. O modelo pode criar decisões e artigos que parecem reais e adequados, mas que são invenções sem base factual.

**Evite totalmente métodos extrativos para pesquisa jurídica com LLMs.**

Os Tribunais já estão enfrentando este problema.  
O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)  
recentemente julgou um caso emblemático:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – COMPETÊNCIA DO JÚRI – DECISÃO DE PRONÚNCIA – INSURGÊNCIA DA DEFESA – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO – RAZÕES RECURSAIS FEITAS COM USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE CRIOU (INVENTOU) QUARENTA E TRÊS JULGADOS INEXISTENTES NO MUNDO REAL, MESCLANDO COM AS ALEGAÇÕES DA DEFESA – IMPOSSIBILIDADE DE SEPARAR O “JOIO DO TRIGO”, O “VERDADEIRO DO FALSO” – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS.

ADVERTÊNCIA AO ADVOGADO – IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS.

I – Todas as "jurisprudências" citadas na peça são criações de alguma (des)inteligência artificial. Apenas para exemplificar, esta Corte não tem nenhum desembargador chamado Fábio André Munhoz ou João Augusto Simões (não existe nenhum desembargador no país com esses nomes). Já o Desembargador João Pedro Gebran Neto integra o TRF-4 e não esta Corte. Também, o Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos já se aposentou bastante tempo antes das datas mencionadas nos “julgados”. Os números dos “processos” mencionados como sendo desta Corte também são curiosos: “1234-56”; “3456-78”; “12345-67”; “6543-21”; “12346-78”; “9876-34”. Nem um único julgado do STJ e do STF dentre os mencionados é fidedigno. Ou seja, o recurso todo foi feito com o uso de IA com a finalidade de induzir o colegiado em erro ou fazer troça. Nenhuma hipótese é boa ou justificável.

II – Como é de geral sabença, apenas e unicamente o advogado detém capacidade postulatória, não um aplicativo de IA. Ainda não chegamos ao ponto de conceder tal benefício a sistemas computacionais. O advogado tem obrigação de, no mínimo, revisar as peças feitas com o uso dessas ferramentas. E a razão da obrigatoriedade dessa revisão é simples: o Poder Judiciário não está brincando de julgar recursos! Ao agir com tamanho descuido e desrespeito, o i. advogado não exterioriza a seriedade que o caso requer e que o seu cliente merece.

III – Diante dessa balbúrdia textual e contextual da peça dita recursal, para se conseguir alcançar uma possibilidade de análise do mérito recursal (sem a certeza de que essa eventual síntese representaria adequadamente a insurgência da defesa), seria preciso separar o “joio do trigo”, as alegações verdadeiras das alegações falsas, o que se torna inviável diante de tamanha falta de técnica. Enfim, a peça recursal é imprestável, não havendo como ser conhecida.

IV – Impossibilidade de estipulação de honorários advocatícios por absolutamente indevida a sua fixação no presente caso. Noutro giro, IA também não faz jus aos mesmos.

RECURSO NÃO CONHECIDO.

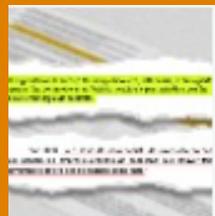
(TJPR – 1ª Câmara Criminal – 0002062-61.2025.8.16.0019 – Ponta Grossa – Rel.: Desembargador Gamaliel Seme Scaff – Julgado em 12/04/2025)



## Advogado usa IA, cita casos inventados e perde no TJ de Santa Catarina

Desembargadora afirmou ter se tratado de um episódio de má-fé e de desrespeito ao tribunal

[www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)



## Acórdão do TJ/MT cita dispositivo do Código Civil que não existe - Migalhas

Decisão menciona redação que não pertence ao art. 603, nem a qualquer dispositivo do Código Civil brasileiro.

[www.migalhas.com.br](http://www.migalhas.com.br)

# ESTRATÉGIAS FUNDAMENTAIS

## 1 - ESTABELECIMENTO DE PARÂMETROS DE INCERTEZA

Autorize expressamente o sistema a declarar incerteza quando não dispuser de informações suficientes para uma análise conclusiva. Esta abordagem reduz significativamente a produção de informações inverídicas.

### EXEMPLO DE APLICAÇÃO:

- Elabore parecer ministerial fundamentado com base exclusivamente nos precedentes anexados, focando:
  1. critérios para configuração donexo causal em danos ambientais;
  2. aplicabilidade da teoria do risco integral;
  3. parâmetros para fixação de indenização.

Caso algum dos tópicos solicitados não esteja suficientemente abordado nos acórdãos fornecidos, ao invés de recorrer ao seu conhecimento geral sobre o tema, declare expressamente: 'O material fornecido não contém informações suficientes para fundamentar conclusão segura sobre [tópico específico], sendo recomendável complementação com conhecimentos adicionais sobre este aspecto específico.

## 2 - UTILIZAÇÃO DE CITAÇÕES DIRETAS

Para tarefas envolvendo documentos extensos, solicite ao sistema que extraia citações literais antes de realizar a análise solicitada. Este procedimento fundamenta as respostas no texto original, minimizando interpretações equivocadas.

### EXEMPLO DE APLICAÇÃO:

- Na análise de inquérito civil para propositura de ação de improbidade administrativa, instrua: "Examine o inquérito civil nº 123/2025 quanto à caracterização dos elementos configuradores de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública. 1. Extraia citações exatas dos depoimentos e documentos que sejam relevantes para análise dos elementos subjetivo e objetivo do ato de improbidade. Caso não encontre citações pertinentes, declare 'Não foram encontradas citações relevantes. 2. Utilize as citações para fundamentar juridicamente a materialidade e autoria, referenciando-as numericamente. Ampare sua análise exclusivamente nas citações extraídas do inquérito."

### 3 - VERIFICAÇÃO POR MEIO DE FUNDAMENTAÇÃO

Torne a resposta do sistema auditável exigindo citações e fontes para cada afirmação. O sistema também pode verificar cada alegação buscando citação de suporte após gerar uma resposta. Na impossibilidade de encontrar fundamentação, a alegação deve ser retratada.

#### EXEMPLO DE APLICAÇÃO:

- Na elaboração de manifestação ministerial em inquérito policial, instrua: "Elabore uma denúncia para caso de tráfico de entorpecentes, utilizando apenas informações dos autos processuais fornecidos. Após a elaboração, revise cada alegação fática e jurídica presente na manifestação. Para cada afirmação, localize citação direta dos autos que a fundamenta, indicando folhas e documentos específicos. Na impossibilidade de encontrar fundamentação probatória ou jurídica para determinada alegação, remova-a da manifestação e indique onde foi removida com colchetes vazios [], evitando assim argumentações destituídas de suporte probatório."

# TÉCNICAS AVANÇADAS

## **1 - VERIFICAÇÃO POR CADEIA DE RACIOCÍNIO**

Solicite que o sistema explique seu raciocínio passo a passo antes de apresentar conclusão final. Este procedimento pode revelar falhas lógicas ou pressupostos equivocados.

## **2 - VERIFICAÇÃO POR COMPARAÇÃO MÚLTIPLA**

Execute o mesmo comando várias vezes e compare os resultados. Inconsistências entre as saídas podem indicar alucinações.

## **3 - REFINAMENTO ITERATIVO**

Utilize as respostas do sistema como insumos para comandos subsequentes, solicitando verificação ou ampliação das afirmações anteriores. Esta abordagem permite identificar e corrigir inconsistências.

## **4 - RESTRIÇÃO A CONHECIMENTO EXTERNO**

Instrua expressamente o sistema a utilizar apenas informações dos documentos fornecidos, abstendo-se de recorrer a conhecimentos gerais não documentados.

# PONTOS IMPORTANTES:

## 1 - Como Mitigar o Risco de Alucinações:

- **Desconfie sempre:** Assuma que todas as informações fornecidas por um modelo são potencialmente falsas, inclusive as mais óbvias.
- **Confirme a informação:** Utilize sempre métodos independentes (double-check).
- **Evite uso como ferramenta de busca:** LLMs não substituem motores de busca tradicionais (Google, Jusbrasil, etc.).
- **Contextualização limitada:** Os modelos podem responder corretamente em um contexto e errar completamente em outro.

## 2 - Exemplo de Erros Potenciais:

- **Decisões judiciais fictícias:** A criação artificial de jurisprudências inexistentes pode levar a graves equívocos jurídicos.
- **Informações raras ou complexas:** Temas específicos ou técnicos têm maior chance de serem erroneamente respondidos.
- A IA pode gerar artigos de lei que não existem, ou apresentar, redações modificadas, dispositivos de leis revogadas, referências a normas fora do contexto jurídico brasileiro.

## 3 - Recomendações de Uso Seguro:

- Nunca utilize respostas dos modelos como verdades absolutas.
- Use modelos generativos apenas como apoio preliminar ou criativo, não como fontes finais.
- Realize sempre a verificação cruzada de dados críticos.

## CONCLUSÃO

A inteligência artificial é uma aliada para a produtividade. Mas a responsabilidade pela precisão, verificação e integridade das informações jurídicas é exclusivamente humana.

Use a tecnologia a seu favor, com responsabilidade e profissionalismo!  

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação das estratégias e técnicas presentes neste Guia contribui significativamente para a redução de alucinações em sistemas de inteligência artificial, assegurando maior confiabilidade nas informações produzidas e, conseqüentemente, aprimorando a qualidade dos serviços jurídicos prestados com auxílio destas ferramentas tecnológicas.

